

RELATÓRIO



1^a Conferência Nacional de Cultura¹

Ministério da Cultura, agosto de 2006

Sumário

Apresentação	03
Parte I - Dados de Participação	
As conferências e a participação social	05
As conferências municipais e o Brasil	07
Conferências Estaduais de Cultura	11
Seminários Setoriais de Cultura	12
Plenária de Brasília	13
Parte II – Relatório Analítico	
Introdução: eixos de discussão, metodologia, conteúdos	15
1. QUESTÕES MAIS VALORADAS	16
1.1 Comunicação	17
1.2 Orçamento	17
1.3 Sistema Nacional de Cultura – SNC	18
1.4 Educação	18
2. CONCEITO DE CULTURA	19
2.1 As Linguagens Artísticas, o Patrimônio Imaterial e Material e a Diversidade Cultural	19
3. PRINCÍPIOS GERAIS DA CNC	21
3.1 Democratização	21
3.2 Inclusão Social	21
3.4 Descentralização e Regionalização	21
3.5 Bens, Domínios e Espaços Públicos para as Políticas Públicas	22
4. GESTÃO E FINANCIAMENTO	23
4.1 Estruturação Institucional	23
4.2 Sistemas de Cultura	26
4.3 Financiamento/Fomento à Cultura	27
4.4 Avaliação	28
5. CONHECIMENTO, EXPRESSÃO, DIFUSÃO	29
5.1 Artes, Ofícios, Tradições e seus Mestres	30
5.2 Políticas de Formação e de Valorização da Cultura no Processo Educacional	30
5.3 Comunicação é Cultura	31
Notas e Comentários	32
ANEXO I	37
ANEXO II	59
ANEXO III	64
ANEXO IV	107

APRESENTAÇÃO

Após três meses de trabalho intenso nos Municípios, Estados e nas reuniões setoriais realizadas nas cinco macrorregiões brasileiras, foi realizada, em dezembro de 2005, em Brasília, a Plenária Nacional da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC ou 1ª CNC). Delegados e observadores, convidados de todo o País, debateram as propostas provenientes das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, antecedidas pelas Conferências Municipais, Intermunicipais e pelos Seminários Setoriais de Cultura.

O quadro geral das conferências realizadas, com base em relatórios remetidos pelas comissões organizadoras de cada uma das conferências municipais, estaduais ou do Distrito Federal ao Ministério da Cultura, traduz um esforço nacional inédito de participação da sociedade brasileira, de órgãos, gestores governamentais e mandatários do poder legislativo na discussão e na formulação de propostas para a construção de um Plano efetivamente Nacional de Cultura.

O presente relatório procura traçar um panorama da mobilização realizada e organizar os principais tópicos debatidos e priorizados na reunião Plenária Nacional de Brasília.

À exceção de algumas observações de natureza legal ou de contextualização dos objetos e temas reportados, as matérias explicitadas foram diretamente colhidas nas diretrizes e complementos aprovados na 1ª CNC (o Anexo I). Procurou-se inserir comentários somente em notas na margem esquerda ou ao final deste Relatório.

Os resultados quantitativos em que se baseiam as tabelas e gráficos estão baseados em relatórios e comunicados encaminhados à Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (SAI-MinC) pelos gestores e coordenadores de conferências dos Municípios e Estados, conforme definição prévia no Regulamento da 1ª CNC, e solicitação encaminhada aos Prefeitos dos 5.564 municípios brasileiros em março de 2006. Na compilação dos dados não foram consideradas estimativas de participação em programações de atividades paralelas ou subsidiárias (espetáculos, debates abertos etc) às pré-conferências e conferências realizadas. Estamos considerando, para o relatório quantitativo, os números de participação nos grupos de discussão e plenárias das pré-conferências e conferências. As dúvidas porventura verificadas foram abordadas com as coordenações estaduais ou municipais das conferências, antes do lançamento final dos dados neste relatório.

Ao procedermos à análise detida dos resultados da Conferência, temos a satisfação de avaliar o quão rica ela foi. Não seria nenhum atrevimento concluir que o nível de amadurecimento da área cultural – por toda a diversidade de agentes que compareceram a Brasília, como delegados ou participantes observadores – demonstra quanto o Brasil está preparado e consciente, para alçar um novo degrau na história das suas políticas culturais. Como temos dito, a cultura é gênero de primeira necessidade e, portanto, merecedora de prioridade e seriedade republicanas.

O Ministério da Cultura tem a satisfação de devolver à sociedade brasileira, às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o País e a observadores internacionais o presente resultado, cumprindo com o dever de explicitar uma agenda política de que nos honramos em tornar pública.

Brasília, agosto de 2006,
Márcio Augusto Freitas de Meira
Coordenador Geral da 1ª Conferência Nacional de Cultura
Secretário de Articulação Institucional
Ministério da Cultura

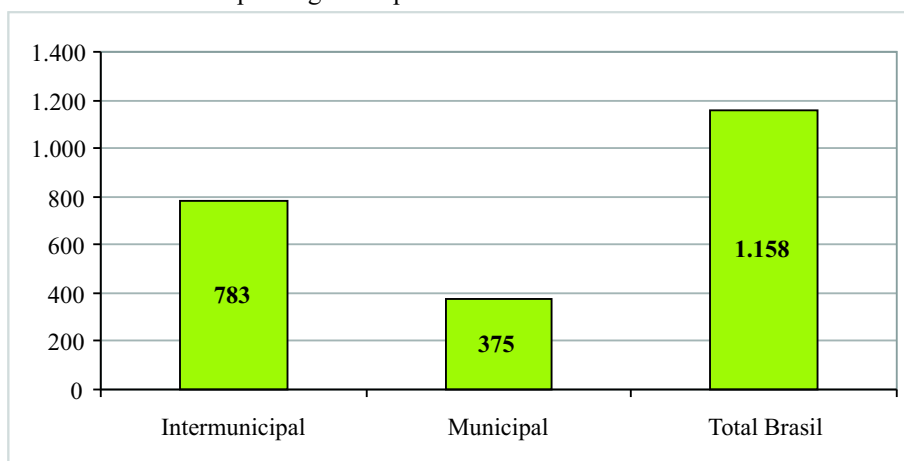
Parte I - Dados de Participação

No presente relatório, o leitor se deparará com possíveis dúvidas. Gostaríamos de esclarecer algumas delas, antes de se iniciar a leitura. Alguns poderão estranhar a ausência de municípios no Distrito Federal. Lembramos que, de acordo com o artigo 32 da Constituição Federal, é vedada a divisão do Distrito Federal em Municípios. Dessa forma, em todas as tabelas e gráficos constantes deste relatório, não há informações municipais referentes ao DF. A Secretaria de Articulação Institucional tem recebido informações sobre conferências realizadas em 2006. O presente relatório não traz, contudo, dados quantitativos pertinentes à realização das conferências posteriores a 2005, o ano da realização da 1ª CNC. Pretendemos oportunamente criar um instrumento de consolidação de dados das conferências municipais e estaduais realizadas em 2006, para a devida divulgação ao público interessado.

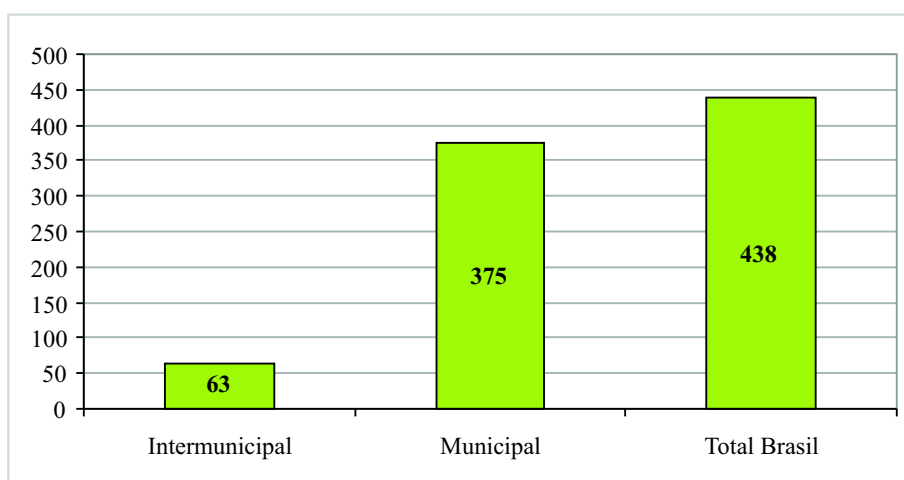
As conferências e a participação social

De acordo com os levantamentos realizados pela Secretaria de Articulação Institucional, setor do Ministério da Cultura responsável pela coordenação e a realização da CNC, 1158 Municípios, que participaram de um total de 438 conferências municipais e intermunicipais, 19 Estados e o DF, que realizaram conferências próprias, em 2005, integraram a 1ª CNC. O total de participantes diretos nas conferências municipais e intermunicipais é, segundo os dados levantados até o mês de julho de 2006, de 53.507 participantes. Os gráficos 1, 2 e 3 trazem a síntese desta participação.

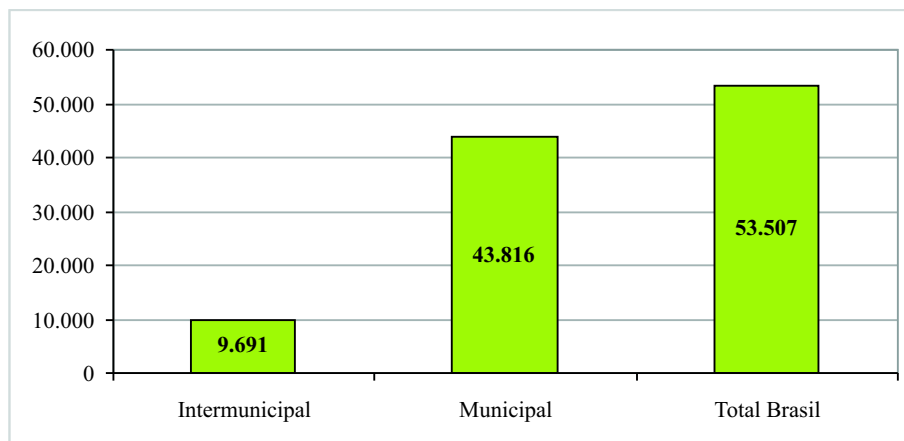
Gráf. 1 - N° de municípios segundo tipo de conferência realizada



Gráf. 2 - N° de conferências de municípios, segundo tipo de conferência realizada

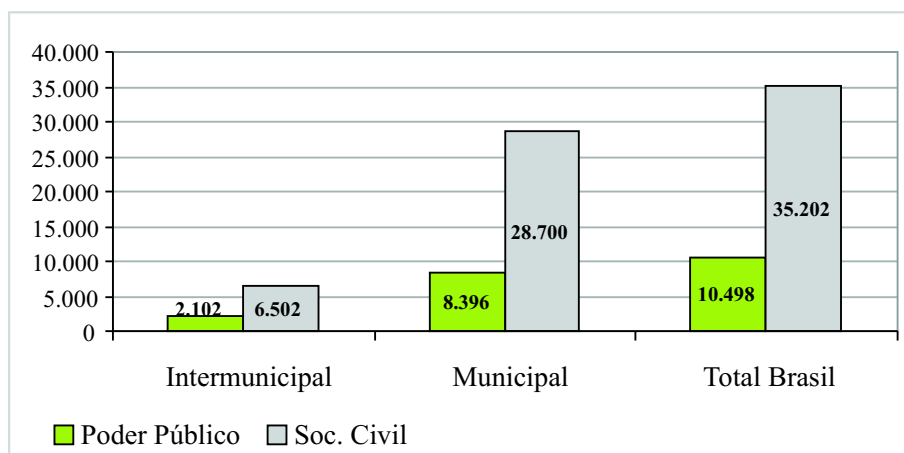


Gráf. 3 - N° de participantes, segundo tipo de conferências de municípios realizadas



Numa comparação entre conferências municipais e intermunicipais, as proporções entre participantes governamentais² e participantes da sociedade civil são similares. O gráfico 4 (cf. dados mais detalhados no Anexo IV) mostra a diferença das representações por modalidade ou tipo de conferência, excluídas as participações daqueles classificados como convidados e observadores, cerca de 15% do total explicitado no gráfico 3.

Gráf. 4 - Número de participantes, segundo tipo de conferência realizada e representação

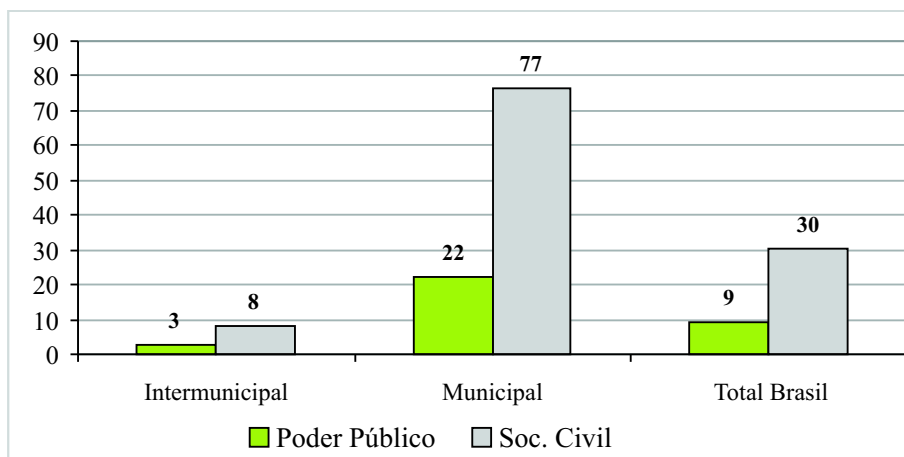


OBS: Nestes dados excluem-se os municípios que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental).

Análises futuras sobre diretrizes aprovadas poderão, eventualmente, inferir resultados relacionados às diferentes proporções da participação *governamental X da sociedade civil*, mas acreditamos que a observação de tipologias se conformará mais às macrorregiões ou faixas populacionais a que os Municípios pertencem.

Fica, entretanto, patente que a participação nas conferências municipais foi numericamente muito mais expressiva do que nas intermunicipais, ou regionais (ver gráfico 5). Isso parece indicar que a conferência do tipo municipal facilita a participação social, isto é, serve mais ao propósito de aproximar as políticas públicas de cultura da sociedade. Contudo, a realização de conferências intermunicipais sinaliza a predisposição de Municípios de pensarem conjunta e regionalmente as suas políticas culturais. Ou seja, a constatação da maior participação numérica nas conferências municipais não exclui a necessidade de conferências ou encontros micro ou mesorregionais para pensar uma gestão integrada da cultura. A recíproca também é verdadeira, se o objetivo é fortalecer a participação social no debate das políticas públicas da cultura.

Graf.5 - Número médio de participantes, por Município, segundo tipo de conferência e tipo de representação

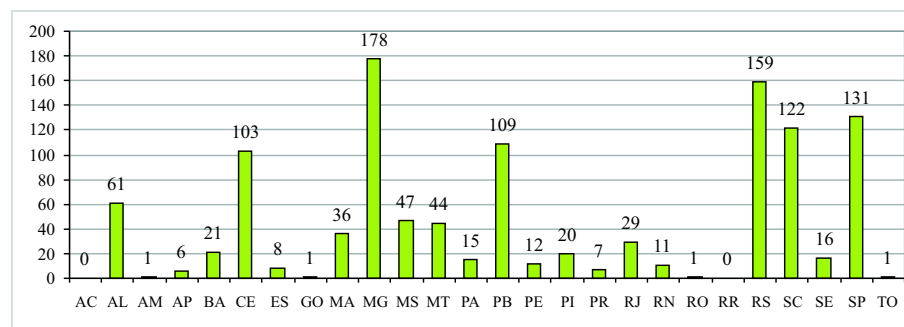


OBS: Nestes dados excluem-se os Municípios que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental)

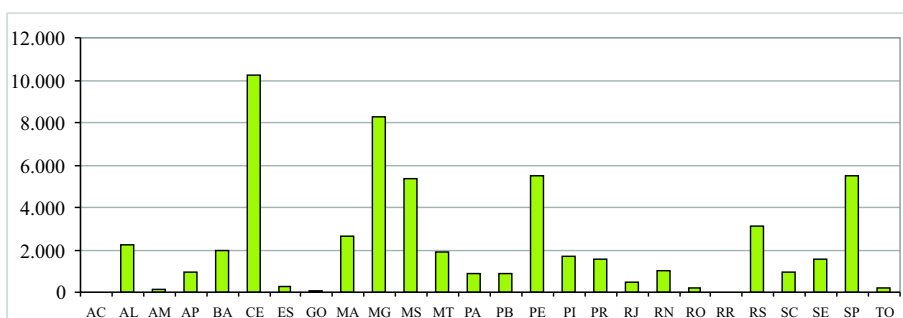
As conferências municipais e o Brasil

Outro fator a considerar é a extensão do esforço mobilizador da 1ª Conferência Nacional de Cultura, em âmbito municipal, pelo território brasileiro. Os gráficos 6 e 7 e a tabela 1 mostram o número de Municípios, o volume de participação e a proporção numérica e populacional que os mesmos representam em relação ao total dos Municípios e às populações totais de cada Estado brasileiro. Verificaremos ainda o grau de interiorização das conferências municipais ao excluirmos, do contingente populacional de cada estado, a população da capital.

Graf. 6 - Total de Municípios envolvidos em conferências municipais e intermunicipais de cultura



Graf. 7 - Total de participantes envolvidos em conferências municipais e intermunicipais



OBS: Neste gráfico incluem-se os dados das pré-conferências

Tabela 1 - Contingente populacional dos Municípios que realizaram conferências municipais e intermunicipais em relação às populações dos Estados

UF	Total de Municípios do Estado	População total do Estado	População do Estado exceto capital	Número de conferências realizadas no Estado	Municípios envolvidos em conferências	% Municípios envolvidos em conferências	População dos Municípios envolvidos em conferências	% População dos Municípios envolvidos em conferências	População dos Municípios envolvidos em conferências exceto capital	% População dos Municípios envolvidos em conferências exceto capital
AC	22	669.736	364.005	0	0	0%	0	0%	0	0%
AL	102	3.015.912	2.112.449	5	61	60%	2.302.905	76%	1.399.442	66%
AM	62	3.232.330	1.587.640	1	1	2%	1.644.690	51%	0	0%
AP	16	594.587	239.179	6	6	38%	522.753	88%	167.345	70%
BA	417	13.815.334	11.141.774	14	21	5%	3.619.581	26%	946.021	8%
CE	184	8.097.276	5.722.332	96	103	56%	5.627.612	70%	3.252.668	57%
DF	0	2.333.108	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
ES	78	3.408.365	3.095.053	2	8	10%	1.641.353	48%	1.328.041	43%
GO	246	5.619.917	4.418.911	1	1	0%	119.493	2%	119.493	3%
MA	217	6.103.327	5.124.503	14	36	17%	1.069.207	18%	1.069.207	21%
MG	853	19.237.450	16.862.121	70	178	21%	9.595.782	50%	7.220.453	43%
MS	78	2.264.468	1.514.700	47	47	60%	1.742.362	77%	992.594	66%
MT	141	2.803.274	2.269.474	19	44	31%	1.703.983	61%	1.170.183	52%
PA	143	6.970.586	5.564.715	3	15	10%	1.833.249	26%	427.378	8%
PB	223	3.595.886	2.935.088	7	109	49%	2.414.355	67%	1.753.557	60%
PE	185	8.413.593	6.912.585	12	12	6%	2.916.035	35%	1.415.027	20%
PI	223	3.006.885	2.218.112	20	20	9%	1.172.336	39%	383.563	17%
PR	399	10.261.856	8.503.952	7	7	2%	2.806.217	27%	1.048.313	12%
RJ	92	15.383.407	9.289.224	3	29	32%	11.335.078	74%	5.240.895	56%
RN	167	3.003.087	2.225.047	6	11	7%	1.390.342	46%	612.302	28%
RO	52	1.534.594	1.160.677	1	1	2%	373.917	24%	0	0%
RR	15	391.317	149.138	0	0	0%	0	0%	0	0%
RS	496	10.845.087	9.416.391	28	159	32%	4.942.355	46%	3.513.659	37%
SC	293	5.866.568	5.469.790	9	122	42%	4.230.133	72%	3.833.355	70%
SE	75	1.967.791	1.469.172	16	16	21%	850.730	43%	352.111	24%
SP	645	40.442.795	29.514.810	45	131	20%	8.741.347	22%	8.741.347	30%
TO	139	1.305.728	1.097.563	1	1	1%	208.165	16%	0	0%
Total	5.564	184.184.264	140.378.405	433	1.139	20%	72.803.980	40%	44.986.954	32%

Fazemos ainda duas discriminações importantes para se avaliar a extensão das conferências realizadas. A primeira (tabela 2), envolvendo a quantidade de microrregiões estaduais com municípios que organizaram conferências próprias ou que integraram alguma conferência intermunicipal - lembrando que muitas conferências intermunicipais ultrapassaram as linhas demarcatórias das microrregiões, para alcançarem dimensão mesorregional ou maior. A localização por microrregiões é um indicador geopolítico importante para ações futuras visando à ampliação da agenda cultural (e das políticas culturais) nos municípios e diferentes regiões nos Estados.

Tabela 2 – Microrregiões* com algum Município tendo realizado ou participado de conferência municipal ou intermunicipal

UF	Microrregiões*	Microrregiões com Município(s) envolvido(s) em conferências	% de Microrregiões com Município(s) envolvido(s) em conferências
MS	11	11	100%
AL	13	12	92%
SC	20	18	90%
CE	33	29	88%
PB	23	20	87%
MT	22	18	82%
MG	66	51	77%
SE	13	10	77%
AP	4	3	75%
RS	35	26	74%
PI	15	11	73%
SP	63	43	68%
RJ	18	12	67%
MA	21	12	57%
PE	19	6	32%
BA	32	10	31%
ES	13	4	31%
PA	22	6	27%
RN	19	5	26%
PR	39	6	15%
RO	8	1	13%
TO	8	1	13%
AM	13	1	8%
GO	18	1	6%
AC	5	0	0%
RR	4	0	0%
DF	-----	-----	-----

* Microrregiões de acordo com divisão do IBGE

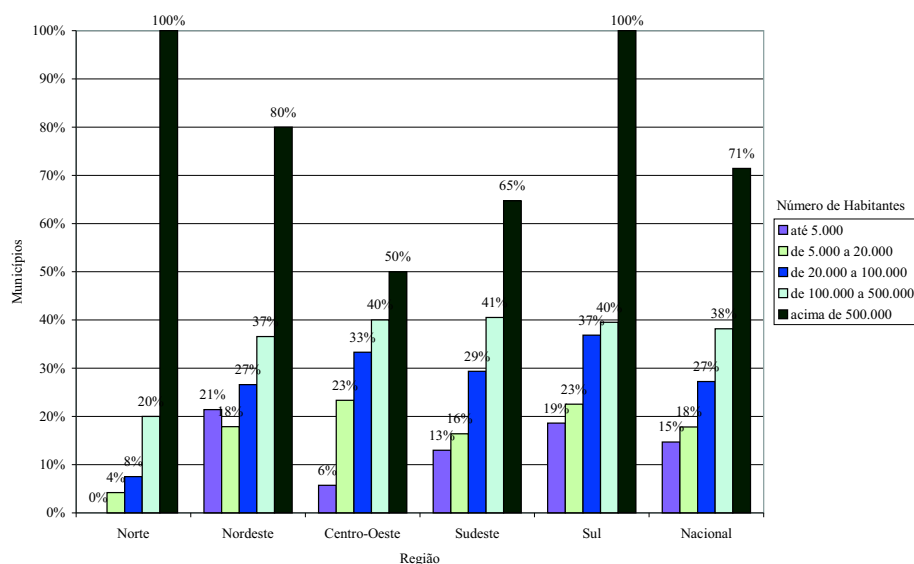
Além disso, apresentamos um retrato do envolvimento dos Municípios de cada uma das cinco macrorregiões, pelas faixas populacionais municipais de que participam (cf. tabela 3 e gráfico 8). Se estes dados constatarem a realização de maior percentual de conferências realizadas em correspondência à ordem crescente das faixas populacionais a que pertencem os Municípios, por outro lado, mostram que em algumas regiões a mobilização já foi considerável em Municípios com menor contingente populacional. À exceção da região Norte (excluído o Amapá, com bom número de conferências de Municípios), as demais regiões compareceram com percentual razoável de Municípios, nas diferentes faixas.

Tabela 3 – Porcentagem de municípios que realizaram conferência municipal e/ou intermunicipal na região, por macrorregião e faixa populacional*

Região	Faixa Populacional - número de Habitantes				
	até 5.000	de 5.000 a 20.000	de 20.000 a 100.000	de 100.000 a 500.000	acima de 500.000
Norte	0%	4%	8%	20%	100%
Nordeste	21%	18%	27%	37%	80%
Centro-Oeste	6%	23%	33%	40%	50%
Sudeste	13%	16%	29%	41%	65%
Sul	19%	23%	37%	40%	100%
Nacional	15%	18%	27%	38%	71%

* Ver as faixas populacionais por Estados, no Anexo IV (tabelas 5.1 a 5.5)

Gráf. 8 – Porcentagem de municípios envolvidos em conferências, por macrorregião e faixa populacional



Conferências Estaduais de Cultura

O quadro das Conferências Estaduais de Cultura é também significativo da participação do País em todo o processo da 1ª CNC. O mapa e a tabela 4 a seguir resumem a participação nestas conferências, geralmente reflexo da mobilização ocorrida no âmbito dos municípios³.



Tabela 4 - Conferências Estaduais

Conferências Estaduais	SC	PP	SC + PP	Convidados	Total
Acre	223	53	276	2	278
Alagoas	300	74	374	64	438
Amapá	196	5	201	30	231
Amazonas	-----	-----	-----	-----	-----
Bahia	168	80	248	0	248
Ceará	433	116	549	17	566
Distrito Federal	180	47	227	0	227
Espírito Santo	246	216	462	0	462
Goiás	-----	-----	-----	-----	-----
Maranhão	297	65	362	50	412
Mato Grosso	129	59	188	212	400
Mato Grosso do Sul	238	65	303	166	469
Minas Gerais	425	191	616	84	700
Pará	-----	-----	-----	-----	-----
Paraíba	160	40	200	10	210
Paraná	269	135	404	0	404
Pernambuco	338	50	388	22	410
Piauí	74	26	100	24	124
Rio de Janeiro	30	6	36	20	56
Rio Grande do Norte	172	34	206	31	237
Rio Grande do Sul	210	82	292	22	314
Rondônia	-----	-----	-----	-----	-----
Roraima*	-----	-----	-----	-----	-----
Santa Catarina	179	38	217	5	222
São Paulo	-----	-----	-----	-----	-----
Sergipe	-----	-----	-----	-----	-----
Tocantins	530	115	645	42	687
Total Geral	4.797	1.497	6.294	801	7.095

* Estado realizou conferência em 2006.

Seminários Setoriais de Cultura

Numa iniciativa diferenciada das conferências federativas, o MinC, juntamente com a Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, os sistemas CNI/Sesi/Senai, CNC/Sesc/Senac, a Unesco, a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), Municípios e/ou Estados sede dos eventos, estruturou os Seminários Setoriais de Cultura, nas cinco macrorregiões brasileiras. A experiência foi inicialmente concebida para ser realizada juntamente com iniciativas setoriais para promoção de debates regionais focados nos campos da cultura trabalhados pelas câmaras setoriais, pela área de preservação do patrimônio, e pelas políticas para as culturas populares. Mas a pedra de toque dos Seminários foi de fato o casamento entre as vontades do MinC e das instituições parceiras, com vistas à realização de escutas da sociedade organizada da área cultural nas macrorregiões. Os Seminários obedeceram à inscrição de representantes de organizações e movimentos da sociedade civil (cf. números de participantes na tabela 5), diferenciando-se portanto das conferências de Municípios, abertas a todos os cidadãos.

O formato deverá ser aperfeiçoado nas próximas edições, ressaltando-se que a modalidade mais flexível de evento enseja sua organização em periodicidade diferenciada e mais freqüente do que a da Conferência Nacional de Cultura, e a partir de motivações e facilidades de mobilização macrorregionais, também reveladoras e valorizadoras de aspectos singulares e diferenciados da realidade social e cultural brasileira.

A organização dos seminários setoriais privilegiou encontros em cidades pólos no interior das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além de Cuiabá e Manaus, pelas regiões Centro-Oeste e Norte. Isto sinalizou o propósito de interiorização das políticas e dos debates culturais, em sintonia com as propostas de descentralização e regionalização aclamadas pela 1ª CNC.

Tabela 5 – Seminários Setoriais de Cultura - 2005

Seminários Setoriais	Data	Participantes	Delegados
Centro-Oeste - Cuiabá	23 a 25/09	114	22
Nordeste - Petrolina/Juazeiro	04 a 09/10	100	20
Sul - Londrina	04 a 06/11	80	16
Sudeste - Juiz de Fora	11 a 13/11	157	38
Norte - Manaus	18 a 20/11	130	28
Total		581	124

Plenária de Brasília

A Plenária da 1ª CNC é o momento em que todos os delegados – indicados pelas Conferências Estaduais (a maior parte delas precedidas por conferências municipais e intermunicipais), pelas reuniões de delegados de conferências municipais e intermunicipais dos Estados que não organizaram conferências estaduais e pelos Seminários Setoriais de Cultura – se reuniram para debater as propostas provenientes das conferências e seminários. A participação na Plenária é a indicada na tabela 6, abaixo. Os resultados são o objeto do relatório analítico – segunda parte do Relatório da 1ª Conferência Nacional de Cultura.

Tabela 6 – Participação na Plenária Nacional

Plenária Nacional da 1ª CNC	
Delegados da Sociedade Civil	640
Delegados do Poder Público	217
Convidados / Observadores	419
Total *	1276

* Dados não incluem n° de pessoas envolvidas na organização